

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.411 - SP (2019/0040497-7)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA REGIONAL DE HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL**  
**ADVOGADO : PEDRO PAULO BARBIERI BEDRAN DE CASTRO - SP200269**  
**AGRAVADO : CAL CONSTRUTORA ARACATUBALTD**  
**ADVOGADOS : CRISTÓVÃO COLOMBO DOS REIS MILLER - SP047368A**  
**CRISTIANO DORNELES MILLER - SP127794**  
**AGRAVANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS : DANIEL MICHELAN MEDEIROS - SP172328**  
**KÁTIA APARECIDA MANGONE - SP241798**  
**RODRIGO DE RESENDE PATINI - SP327178**  
**AGRAVADO : COMPANHIA REGIONAL DE HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL**  
**ADVOGADO : PEDRO PAULO BARBIERI BEDRAN DE CASTRO - SP200269**  
**AGRAVADO : CAL CONSTRUTORA ARACATUBALTD**  
**ADVOGADO : CRISTIANO DORNELES MILLER - SP127794**

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE. QUESTÃO PACIFICADA PELA CORTE ESPECIAL DESTA STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por COMPANHIA REGIONAL DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL contra decisão da Vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região que deixou de admitir o recurso especial aos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 3.164/3.167): (*a*) quanto à ilegalidade na atualização monetária *pro rata die*, "o v. acórdão hostilizado não enfrentou o cerne da controvérsia à luz dos dispositivos apontados, sem que a parte tenha oposto embargos declaratórios com vistas ao esclarecimento de eventual omissão. Não foi obedecido, no ponto, o requisito do

prequestionamento, a atrair ao caso, por extensão, a incidência do **óbice consubstanciado nas Súmulas 282 e 356/STF**"; (b) "Em relação à denunciação à lide, verifica-se que a decisão atacada, afastar tal pretensão por entender que ela não se aplica nos casos em que a parte pretende eximir-se da responsabilidade, encontra-se em consonância com o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, **aplicando-se o óbice da S. 83/STJ**"; (c) "No que se refere à inclusão da União no polo passivo da ação, verifica-se que o acórdão recorrido, ao afastar tal pretensão por entender que a recorrente é a responsável pela gestão do F.G.T.S, encontra-se em consonância com o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, **aplicando-se ao caso óbice da S. 83/STJ**"; e (d) quanto à ausência de responsabilidade da recorrente e a condenação subsidiária em relação à Caixa Econômica Federal, as questões foram resolvidas a partir da interpretação das cláusulas contratuais pertinentes e do contexto fático-probatório da causa, **o que atrai a incidência das Súmulas 05 e 07/STJ**.

Em suas razões, a agravante diz que a matéria em torno dos artigos 70, III, do Código de Processo Civil/1973; e 394 a 401 do Código Civil/2002 foi devidamente prequestionada, "motivo pelo qual o recurso está em consonância com a Súmula n.º 211 do Colendo Superior Tribunal de Justiça" (e-STJ fl. 3.169).

Alega a impossibilidade de interferência da Vice-presidência da Corte Regional no processamento do recurso especial.

Por fim, repisa as teses de malferimento dos artigos 70, III, do Código de Processo Civil/1973; e 396 do Código Civil/2002.

Contraminuta de CAIXA ECONÔMICA FEDERAL às e-STJ fls. 3.189/3.196.

Contraminuta de CAL CONSTRUTORA ARACATUBALTDÀ às e-STJ fls. 3.206/3.220.

A Presidência desta Casa determinou a distribuição do feito, a teor do art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (e-STJ fl.

3.257).

O recurso foi distribuído à minha relatoria (cf. e-STJ fl. 3.260).

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece ser conhecida.

Com efeito, da análise das razões do agravo em recurso especial, tenho que a parte esquivou-se do ônus que lhe competia, qual seja, a impugnação clara e específica da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal *a quo*.

Ademais, a agravante fez menção à Súmula 211/STJ, impeditivo este sequer apontado pela decisão agravada.

A propósito, a Corte Especial deste STJ pacificou o entendimento no sentido da necessidade de a parte recorrente, em agravo em recurso especial, impugnar especificamente todos os fundamentos de inadmissibilidade do recurso especial.

Isso porque, a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não é formada por capítulos autônomos, mas por um único dispositivo, o que exige sua impugnação total. Vejamos:

*PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.*

*1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.*

*2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.*

*Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.*

**3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.**

*4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC. 5. Embargos de divergência não providos.*

**(EAREsp 831.326/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018, grifei).**

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o artigo 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do STJ.

**"Art. 253. [...]**

**Parágrafo único.** *Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:*

**I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".**

Nessa medida, a pretensão recursal não merece amparo.

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios sucumbenciais previstos no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 tendo em vista que não houve prévia fixação da referida verba na origem.

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**